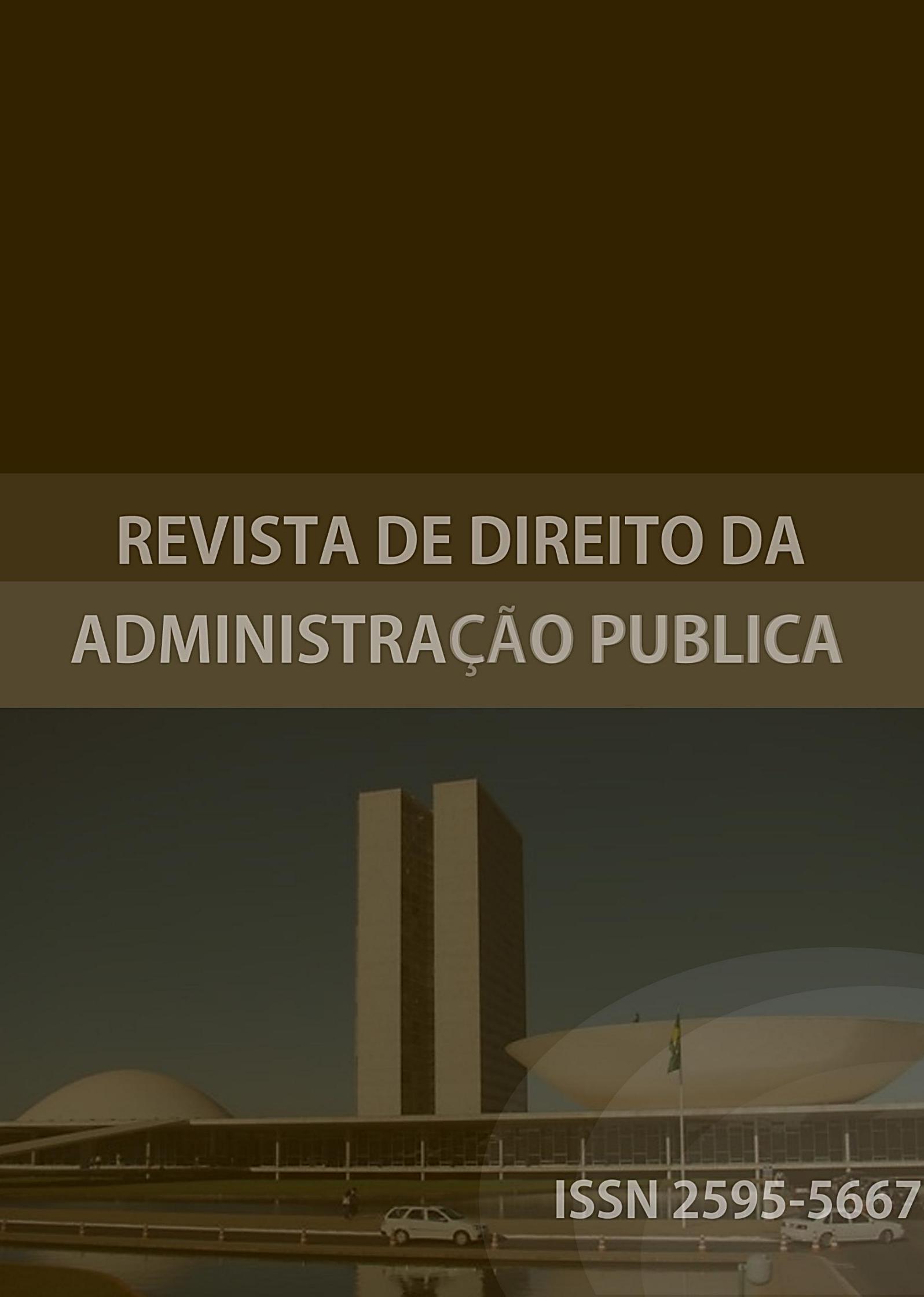


REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ISSN 2595-5667

The background of the cover is a photograph of the National Congress of Brazil (Câmara dos Deputados) building in Brasília. The building is a prominent landmark with its distinctive two tall, narrow towers and a large, curved, white structure. The image is overlaid with a semi-transparent, dark brown filter. In the foreground, there is a road with a few cars and a motorcycle, and a body of water reflecting the building. The overall tone is professional and academic.

REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANO Nº 03 – VOLUME Nº 01 – EDIÇÃO Nº 01 - FEV 2016

ISSN 2595-5667

Rio de Janeiro

2017

REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Conselho Editorial:

- Sr. Alexander Espinosa Rausseo, Universidad Central de Venezuela.
Sra. Maria de Los Angeles Fernandez Scagliusi, Universidad de Sevilla.
Sr. Luis Guillermo Palacios Sanabria, Universidad Austral de Chile.
Sr. Mustafa Avci, University of Anadolu Faculty of Law.
Sr. Adilson Abreu Dallari, Pontificia Universidade Católica de São Paulo.
Sr. Alexandre Veronese, Universidade de Brasília.
Sr. Carlos Ari Sunfeld, Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.
Sra. Cristiana Fortini, Universidade Federal de Minas Gerais.
Sr. Daniel Wunder Hachem, Universidade Federal do Paraná.
Sra. Maria Sylvia Zanella di Pietro, Universidade de São Paulo.
Sr. Paulo Ricardo Schier, Complexo de Ensino Superior do Brasil.
Sr. Vladimir França, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Sr. Thiago Marrara, Universidade de São Paulo.
Sr. Wilson Levy Braga da Silva Neto, Universidade Nove de Julho.

Avaliadores desta Edição:

- | | |
|---|--|
| Sra. Andréia Cristina Rocha Gomes, UFF. | Prof. Ms. João Paulo Sporn, USP. |
| Prof. Ms. Adriano de Souza Martins, UFF. | Prof. Dr. José Vicente de Mendonça, UERJ. |
| Prof. Ms. Bruno Santos Cunha, USP. | Prof. Ms. Luiz Fernando Gomes, CEFET. |
| Sra. Carolina Leite Amaral, UFRJ. | Prof. Ms. Marcio Felipe Lacombe, UFF. |
| Prof. Dra. Debora Sotto, PUC-RJ. | Prof. Ms. Marcus Vinicius Bacellar, UFF. |
| Prof. Dr. Eduardo Manuel Val, UFF. | Prof. Dra. Patricia Ferreira Baptista, UERJ. |
| Prof. Dr. Henrique Ribeiro Cardoso, UFPE. | Prof. Dr. Phillip Gil França, PUC-RS. |
| Prof. Dra. Irene Nohara, MACKENZIE. | Sra. Rossana Claudia Braga, UFF. |
| Prof. Ms. Isabela Rossi Ferrari, UERJ. | Prof. Ms. Victor Aguiar de Amorim, IDP. |
| Prof. Dr. Jamir Calili Ribeiro, UFJF. | Prof. Ms. Thiago Bastos, UFF. |

Diagramação e Layout:

- Prof. Ms. Emerson Affonso da Costa Moura, UFJF.

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	005
Emerson Affonso da Costa Moura	
<i>Marco regulatório da mineração no: a disputa entre o direito humano ao desenvolvimento e o direito econômico do desenvolvimento</i>	007
Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa e Pedro Henrique Sousa de Ataíde	
<i>A quem pertence a propriedade mineral? Estudo à luz do Estado Democrático de Direito</i>	032
Rafhael Frattari e Jairo Boechat Junior	
<i>O meio ambiente, a exploração de minérios e as falhas do mercado</i>	060
Marília Gabriela Lira	
<i>Autorregulação e responsabilidade social da empresa no setor minerário: a experiência com o “Programa Mineração”</i>	086
Rodrigo da Fonseca Chauvet	
<i>O perigo extraordinário da mineração e o consentimento administrativo como fator de atribuição de responsabilidade civil para a União Federal</i>	103
Eduardo Faria Fernandes e Sérgio Foster Perdigão	
<i>A tutela estatal do meio ambiente frente à mineração: axiomas, dilemas, possibilidades e perspectivas normativas</i>	133
Paulo Sérgio Mendes César	
<i>Lições de Mariana e a contaminação do rio doce</i>	169
Juliana Alves de Araújo Bottechia, Marcia Barbosa Gobira e Ana Lucia Martins Sousa	
<i>O direito à água: dever do Estado e a contaminação do rio doce</i>	188
Amanda Eloá Oliveira Moreira e Amanda Martins Torres	
<i>Regulação da Mineração e Responsabilidade por Dano Ambiental: O Caso do Rio Doce</i>	220
Lane Dias Ribeiro	
<i>A solidariedade na responsabilidade por colapso omissivo regulatório e fiscalizatório do Estado na área ambiental: o dramático episódio do rio doce</i>	249
Flavio Antonio de Oliveira	

APRESENTAÇÃO

É com grata satisfação que após a consolidação da nova equipe editorial com a expansão do conselho editorial, corpo de avaliadores e editores de seção, bem como, os esforços para inclusão do periódico em indexadores internacionais e a obtenção da Licença Creative Commons, publicamos a primeira edição do primeiro volume do segundo ano da Revista de Direito da Administração Pública.

Nesta edição especial trazemos o “Dossiê Contaminação do Rio Doce” para analisar esse desastre mundial à luz da teoria e prática do Direito Administrativo a partir de sua interdisciplinaridade com Direito Constitucional, Ambiental e Econômico em uma publicação democrática e articulada de trabalhos de todo o espectro acadêmico com textos de pós-doutores, doutores, mestres, especialistas e graduados de todos os gêneros e Estados.

Para iniciar os debates a Prof. Pós-Doutora Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa e o mestrando Pedro Henrique Sousa de Ataíde apresentam o trabalho “Marco regulatório da mineração: a disputa entre o direito humano ao desenvolvimento e o direito econômico do desenvolvimento” analisando a tensão entre a pauta social e econômica à luz da proposta de transformação do DNPM em agência reguladora.

Ato contínuo o doutor Rafael Frattari e o mestre Jairo Boechat Junior nos oferecem um estudo crítico acerca do projeto de lei do novo código de mineração propondo à luz da ordem constitucional uma visão da função social da mineração separada do direito de propriedade mineral e da própria propriedade mineral no artigo “A quem pertence a propriedade mineral? estudo à luz do Estado Democrático de Direito”.

Na interface do Direito Administrativo com o Direito Econômico há o trabalho da profa. doutoranda Marília Gabriela Lira “O meio ambiente, a exploração de minérios e as falhas de mercado”, que aponta os danos ambientais em razão da participação econômica dos sujeitos como verdadeiros jogadores, a partir de uma análise econômica do Direito onde o Direito Ambiental é deixado em segundo plano.

Em outro vértice o prof. Mestre Rodrigo da Fonseca Chauvet aponta a partir de um recorte igualmente interdisciplinar com o Direito Regulatório a existência de instrumento indoneo capaz de reduzir os referidos riscos ambientais com o tema “A Autorregulação e responsabilidade social da empresa no setor mineral: a experiência com o “programa mineração”.

O consentimento enquanto uma das concausas que determinam o risco ambiental e deflagram a responsabilidade do ente público é objeto de necessário e atencioso exame pelos mestrandos Eduardo Faria Fernandes e Sérgio Foster Perdigão com o texto “O perigo extraordinário da mineração e o consentimento administrativo como fator de atribuição de responsabilidade civil para a União Federal”.

Questão controversa que tangencia o Direito Administrativo e Ambiental a própria sustentabilidade da exploração da mineração à luz do sistema de gestão ambiental do Estado de Minas Gerais é apresentado pelo cuidadoso doutorando e servidor especialista em Paulo Sérgio Mendes César no trabalho “A tutela estatal do meio ambiente frente à mineração: axiomas, dilemas, possibilidades e perspectivas normativas”.

Em um trabalho interdisciplinar do Direito Administrativo com as Ciências Naturais, a profa. de química Dra. Juliana Alves de Araujo Bottechia junto com Márcia Barbosa Gobira e Ana Lucia Martins Sousa aponta no artigo “Lições de Mariana e a contaminação do Rio Doce” as exigências para a exploração dos variados minérios visando a garantia da segurança ambiental, o histórico das tragédias minerárias no Brasil e as perspectivas após esse desastre.

Compete as bacharelandas e pesquisadoras Amanda Eloá Oliveira Moreira e Amanda Martins Torres relacionar o Direito Administrativo com o Constitucional demonstrando como o desastre do rio doce e o serviço público de fornecimento da água contaminada viola o direito humano-fundamental à água potável no *paper* “O direito à água: dever do Estado e a contaminação do rio doce”.

Por fim, encerramos a edição com dois trabalhos acerca da responsabilização estatal pela contaminação do rio doce: o artigo “Regulação da Mineração e Responsabilidade por Dano Ambiental: O Caso do Rio Doce” da bacharel e advogada Lane Dias Ribeiro e “A solidariedade na responsabilidade por colapso omissivo regulatório e fiscalizatório do Estado na área ambiental” do mestre e defensor Flavio Antonio de Oliveira.

Desejamos uma boa leitura almejando que os trabalhos publicados possam contribuir no debate nacional acerca de um dos maiores desastres minerários da história mundial, com nosso agradecimento aos professores membros do Conselho Editorial e do corpo de avaliadores, aos editores e colaboradores em geral, aos autores e leitores pelas suas contribuições na publicação desta edição.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 2017.

Emerson Affonso da Costa Moura.